

MONOPÓLIOS NATURAIS E MODELOS DE GESTÃO

*Uma alternativa à privatização e à estatização:
a empresa de propriedade dos usuários*

MIGUEL FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ*

As especialistas diriam que prever o preço do petróleo discussão sobre estatização/ desestatização necessita ser ampliada e aprimorada, para uma condução honesta da questão. O que se vê no momento são argumentos casuistas, passando pelo oportunismo ou pelo corporativismo, sem um mínimo razoável de lógica e racionalidade.

Fundamentalmente faz-se uma grande confusão entre Nação, Estado e Governo, mesmo entre os níveis mais cultos de nossa sociedade. Alguns pela ignorância das diferenças, outros pelo desinteresse em separar esses conceitos.

A conceituação de Governo como sinônimo de Estado e este de Nação, é bastante útil a certas argumentações demagógicas, procurando misturar interesses do grupo que detém o poder (Governo) com os do Estado e estes com os da Nação, envolvendo o sentimento público e falando em seu nome como se o público fosse homogêneo e constante em seus anseios e opiniões e como se o Governo fosse um ente abstrato sem seres humanos, com suas fraquezas e imperfeições.

No caso das “Estatais” e da “Desestatização” não tem sido discutido se as empresas “Estatais” são “Estatais” mesmo ou se são “Governamentais” e muito menos se são “Públicas”.

Por que não introduzir no tema a desvinculação total do gerenciamento dessas empresas da administração do Estado (feita pelo Governo)? Observe-se que essa questão pode ser conduzida sem que se vá na direção da “privatização” como ela é hoje entendida entre nós.

Por isso é necessário estabelecer uma distinção entre empresa pública (100% propriedade do público diretamente) e empresa estatal (propriedade do Estado, administrada através do Governo, e que deveria chamar-se sempre “empresa governamental”).

A empresa pública deve ser propriedade dos usuários por meio de ações ou cotas vinculadas a algum fator de utilização do serviço, como, por exemplo, o hidrômetro ou o relógio de eletricidade. Assim, um cidadão, ao adquirir uma casa antiga, adquire junto “n” cotas da “Cia. de Águas” ou da “Cia. de Eletricidade” do antigo proprietário da casa. Como dividir as cotas (todas com direito a voto) entre os usuários, é um importante assunto a discutir em cada local em que se for implantar a “empresa pública”. Talvez dividir 50% das cotas em partes iguais pelo número de usuários e 50% proporcionalmente ao consumo de cada usuário. Como isso seria feito no início? E depois que o capital estiver integralizado? E como ficam os usuários-proprietários de casas novas? Continua uma boa questão a desenvolver, o autor tem algumas ideias

que entretanto não cabem em um artigo desta natureza e o leitor certamente formulará a sua. Pode ser uma ideia mais adequada do que “privatizar” (ou não) um sistema de água ou de energia elétrica existente.

E porque esta solução? Em princípio, porque não parece razoável outorgar “concessões” de serviços monopolistas a indivíduos ou grupos. A essência da propriedade privada de uma empresa tal como hoje é entendida fundamenta-se no sistema econômico capitalista e, portanto, na livre concorrência.

Ora, em um sistema monopolista, como é um sistema de distribuição de água ou de energia elétrica, não há espaço para a livre concorrência, a menos que se admitam duas ou mais redes de água ou de energia nas mesmas ruas com disputa de clientes entre as empresas, o que só pode vir a ocorrer em situações muito peculiares sendo, normalmente, inconcebível.

Talvez se alegue que essa “concorrência” ocorreria no momento da escolha da concessionária privada. Entretanto, um contrato de longa duração, como seriam esses contratos, pode acabar tendo seus fatores de escolha subvertidos pelo tempo e todo o poder de comando da tarifa recairia sobre umas poucas pessoas em nome do Estado, o que poderia resultar em situações similares à maioria das que vivemos hoje: administração imediatista, e/ou com “imperfeições”.

As soluções institucionais corretas devem prever as imperfeições humanas, partindo do princípio de que a “correção” dos indivíduos ao longo do tempo é sempre questionável. Por isso tanto os regimes ditos capitalistas quanto os ditos socialistas estão se reformulando, buscando mecanismos de auto controle suficientemente flexíveis para adaptar-se às necessidades que vão surgindo no tempo e no espaço. E esta é uma proposta filosoficamente positiva e evolutiva.

Cabe ainda aprofundar a defesa da “empresa pública” frente às atuais “empresas estatais” (na verdade “governamentais”). Os argumentos são muitos. Primeiramente um governo, por mais eficiente que seja, não pode dar conta de administrar de forma eficaz todas as frentes que hoje lhe dizem respeito, e esta proposta é descentralizante.

Depois, cada vez fica mais claro, até para os mais renitentes, que as funções básicas do governo são poucas. Na opinião do autor, talvez “segurança”, “educação”, “vias de transporte”, “saúde de emergência”, “planejamento”, “fiscalização”, que requerem posturas não apenas técnicas mas até ideológicas bem definidas.

Já quanto a certos serviços como água, esgotos, telefones, luz etc., não há postura ideológica possível, sem resvalar para a demagogia.

Portanto é necessário separar essas atribuições (básicas e de produção), sem dizer que fiscalizar a si mesmo é “enxugar gelo”.

Poderíamos querer votar num candidato “de esquerda” para o que entendemos como funções básicas de governo, com forte conteúdo social mas gostaríamos de ter uma administração da “Cia. de Águas” meramente técnica, ou até “conservadora”, sem que isso seja uma incoerência. Hoje não podemos. Quase não há político que



resista a atribuir uma função social a tudo (a “panaceia”), escamoteando sua verdadeira intenção: a concessão de favores, de empregos, enfim... Também as diretorias e quadros técnicos da administração das “empresas públicas” seriam julgados, promovidos ou mantidos em seus postos segundo o resultado alcançado por seu esforço e competência e não como hoje ocorre, em função de puras ligações políticas ou protecionismos.

Com estabilidade nas “empresas públicas”, todos ganhariam: funcionários, fornecedores, empreiteiros, projetistas e usuários (embora os atuais detentores do poder e das benesses possam se assustar).

Resumindo, propõe-se criar entre nós a “empresa pública” ou de “propriedade dos usuários” como é chamada em alguns países (água & esgotos de Denver no Colorado, Estados Unidos, opera assim, e muito bem) em que a população exerce o controle acionário das empresas diretamente, sem passar pelo governo e, portanto, pelo grupo que eventualmente se encontre no poder, governando, como hoje ocorre com as “estatais”.

Essa empresa pública, além das vantagens já expostas, proporcionaria outros benefícios, dentre os quais cabe citar: (a) aliviar o Estado da utilização de seus recursos em setores autossustentáveis; (b) fonte de renda para o Estado já que poderia ser cobrada uma “concessão” dos serviços, revertendo em investimento em áreas socialmente necessitadas onde eventualmente a empresa pública concessionária julgue inviável investir em determinado momento; (c) profissionalização da administração dessas empresas, desvinculando-as de pressões políticas transitórias em direção e sentido; (d) estímulo à organização e conscientização da população, que teria de se manifestar em diversas eleições para diretorias de empresas etc.; (e) economia para o público, que embora tivesse o encargo de comprar compulsoriamente as ações, teria um rápido retorno pela esperada eficiência da nova estrutura.

Para encerrar, dentro deste espaço, registre-se que esta é UMA proposta, para ser discutida caso a caso, não devendo ser receita única para distribuir por aí como uma outra panaceia qualquer, pois não só as condições variam de lugar para lugar como também será muito salutar poder comparar umas e outras empresas, com diferentes organizações, para que as diferentes ideias sejam testadas e se descubra se uma é melhor que a outra, ou até ambas muito boas (ou ambas igualmente ruins, o que vai ser difícil de avaliar e confessar dentro de nossa cultura).

O método para implantar esse sistema pode ser a “venda” compulsória da totalidade das ações com direito a voto dessas empresas aos usuários (como aliás a Telebrás fez tempos atrás, embora com parcela das ações menor que 50%). Esse método tem um atrativo extraordinário: fonte de recursos imediato para o governo.

Parece-me que o tema, aberto a discussão, pode prosperar.

* **Miguel Fernández y Fernández**
é **engenheiro consultor**
E-mail: miguel16@aquacon.com.br

*Tradição
Confiança
+ Evolução*

= ABIFER 40 anos!

A ABIFER celebra 4 décadas em defesa da indústria ferroviária instalada no Brasil. Porque quando falamos de evolução e desenvolvimento, falamos de ABIFER.

www.abifer.org.br

 [abifer_oficial](#)

 [abifer.associacao](#)

ABIFER  **40**
Associação Brasileira
da Indústria Ferroviária **anos**
1977-2017

Trilhando o desenvolvimento